

Puxadinhos sobrevivem na base da liminar

DF - Invasão

Atentado ao tombamento da cidade, esse tipo de invasão tem mais de mil infratores somente no Plano Piloto

ANTONIO SIQUEIRA

GIZELLA RODRIGUES

Os empresários alegam que o espaço é insuficiente para o desenvolvimento de suas atividades. O governo insiste que a prática é ilegal já que se trata de invasão de área pública. O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (Iphan) tem arrepios só de ouvir a palavra puxadinho já que o tombamento de Brasília impede qualquer modificação do plano urbanístico feito por Lúcio Costa. Mas os comerciantes que ocupam área pública acabam dando um jeitinho de permanecer no local. A cada ameaça de remoção, eles recorrem à Justiça para a concessão de liminares que sustentem as invasões. A prática é criticada pelo Iphan.

Segundo levantamento feito pela Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau) no fim de 2004, há 1.028 estabelecimentos comerciais que ocupam 96 mil metros quadrados de área pública no Plano Piloto. Não se sabe quantos puxadinhos estão protegidos por liminares, mas, para o superintendente do Iphan, Alfredo Gastal, a prática é comum. Ele diz que toda vez que a Sefau vai fazer uma derrubada, o dono consegue, de última hora, a liminar que "protege o que é ilegal", ressalta. "Esperava que o Judiciário conhecesse melhor o tombamento e a importância dele antes de permitir isso", observa Gastal.

Ontem, uma ação da Sefau acabou suspensa por esse motivo. A intenção era remover,

às 9h, três puxadinhos na 215 Sul, mas, no começo da tarde de quinta-feira, um dos proprietários apresentou à secretaria uma liminar que impedia a retirada. Antes de derrubar as construções dos vizinhos, o subsecretário José da Luz Araújo preferiu suspender a ação. "A assessoria jurídica está analisando a situação dos outros dois estabelecimentos", explica.

José da Luz ressalta que não desistiu da remoção. "Vou esperar para ver a situação de cada processo e, dependendo, vamos fazer a remoção segunda-feira", ameaça. Ele diz que não deve ficar restrito aos três estabelecimentos. "Acabei de receber um documento de um juiz mandando derrubar outros três puxadinhos na quadra. Só quero checar se ele está valendo, porque a data é de 9 de novembro", diz.

O subsecretário não critica a concessão das liminares, apesar de reconhecer que o trabalho da Sefau comumente é suspenso por causa delas. "Se proteger judicialmente é um direito dos empresários. Só cabe cumprir e esperar", diz. Segundo José da Luz, a maioria das liminares cai no fim do processo e a derrubada acontece, mesmo atrasada, em alguns casos, em mais de dois anos.

A Sefau faz uma média de cinco remoções em todo o DF por dia, desde muros até casas construídas. Nos seis primeiros meses de 2005, por exemplo, 4.906 notificações foram feitas, 695 obras foram embargadas, 1.212 estabelecimento receberam multas e 468 foram interditados no DF.



A Pizzaria Pizzaiolo e mais dois puxadinhos na 215 Sul escaparam de ser derrubados, ontem, pela Sefau, graças a uma liminar

"Esperava que o Judiciário conhecesse o tombamento e a importância dele antes de permitir isso"

Alfredo Gastal,
superintendente do
Iphan no DF